



Cessão onerosa é aprovada com verba para estados e municípios

Primeira das grandes propostas de reforma do pacto federativo, PEC que distribui recursos de leilões do pré-sal volta à Câmara dos Deputados para análise das mudanças

O Plenário aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição que compartilha os recursos de leilões de pré-sal entre União, estados e municípios. Segundo a PEC da Cessão Onerosa, 15% dos recursos arrecadados serão destinados aos municípios e 15% aos estados, a serem distribuídos segundo renda per capita. A proposta volta para a Câmara dos Deputados, que precisará confirmar mudanças feitas no texto.

Os senadores rejeitaram, no entanto, a proposta que impunha limites a pedidos de vista e decisões cautelares monocráticas em tribunais superiores. **3**



Na tribuna, Cid Gomes apresenta seu relatório sobre a PEC da Cessão Onerosa, acompanhado por Eduardo Braga e pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre

Reforma e PEC paralela podem ser votadas hoje

A Comissão de Constituição e Justiça vota hoje, a partir das 9h, a proposta de reforma da Previdência. Um acordo firmado ontem entre os líderes vai permitir que a PEC paralela, que reúne

pontos não incluídos na proposta principal, também seja votada hoje.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, explicou que os líderes concordaram em quebrar o prazo de 30

dias antes da votação inicial do texto na CCJ. Essa nova PEC é uma forma de evitar que a proposta principal seja modificada e, com isso, volte à Câmara para nova análise pelos deputados. **3**

Debatedores pedem alterações no texto da reforma da Previdência

Ainda há tempo de a população se mobilizar para pedir aos senadores que alterem o texto da reforma da Previ-

dência que veio da Câmara, disseram os participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos. **3**



Jaques Wagner, Zenaide, Paim (C), Paulo Rocha e Rogério Carvalho (2º à dir.)

Caixa nega orientação política em empréstimos para Nordeste

Em debate ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, a vice-presidente de governo da Caixa, Tatiana de Oliveira,

negou que o banco tenha dificultado empréstimos para municípios do Nordeste por motivos políticos. **4**



Tatiana de Oliveira e o presidente da comissão, Omar Aziz, durante audiência



Presidente da CCJ, Simone Tebet fala em reunião de líderes com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre

Ministro defende importância de revalidar diploma médico estrangeiro

Em debate sobre o Programa Médicos pelo Brasil, o ministro da Educação, Abraham Weintraub disse que o exame Revalida deve ser feito duas vezes por ano. **4**

Imposto sobre valor agregado é questionado em audiência pública

A sugestão do Imposto de Valor Agregado duplo, um com tributos federais e outro com os estaduais e municipais, recebeu críticas ontem em debate sobre reforma tributária. **3**

Senado lança plano pioneiro para igualdade no setor público

O Plano de Equidade de Gênero e Raça 2019-2021 permite à direção orientar e avaliar ações em favor da igualdade de oportunidades para servidoras e servidores da Casa. **2**

Marcos Brundilho/Senado Federal

Marcos Oliveira/Agência Senado

Gerardo Magaña/Agência Senado

Pedro França/Agência Senado

Senado lança Plano de Equidade de Gênero e Raça

Pioneiro no setor público, projeto permite à direção da Casa quantificar, acompanhar, orientar e avaliar as ações em favor da igualdade de oportunidades no âmbito interno para servidores e servidoras

O SENADO LANÇOU ontem o Plano de Equidade de Gênero e Raça para o período de 2019 a 2021. O documento — o primeiro plano sobre esse tema de um órgão da administração pública brasileira — permite à direção da Casa quantificar, acompanhar, orientar e avaliar as ações em favor da igualdade de oportunidades para servidoras e servidores no âmbito interno.

Segundo-secretário da Casa, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) disse esperar que o plano se transforme em uma rede de cooperação para que outros órgãos públicos e também empresas privadas possam se inspirar.

O senador destacou a necessidade de se garantirem oportunidades iguais para todos na sociedade.

Segundo a diretora geral do Senado, Ilana Trombka, o plano é a consolidação de uma política de gênero e raça adotada pelo Senado nos últimos cinco anos. Nesse período, disse, a administração da Casa trabalhou para que a cultura



Eduardo Gomes (D), no lançamento, ao lado da diretora-geral, Ilana Trombka

organizacional pudesse internalizar o conceito de equidade.

— O plano é um instrumento feito no Senado, para o Senado, pelo Senado. É resultado de um trabalho de várias áreas. Por isso eu sei que ele não é uma letra morta e que daqui a 24 meses, quando checarmos os resultados, vamos ter alcançado as metas.

A representante interina da ONU Mulheres Brasil, Ana Carolina Querino, elogiou o plano e a preocupação da Casa em criar um ambiente livre de discriminação e de racismo, para que todos os colaboradores possam usufruir de um ambiente de trabalho saudável.

O plano foi organizado pelo Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, com a coordenação do Núcleo de Ações Socioambientais (NCAs).

São cinco eixos temáticos: comunicação, educação, cultura organizacional, gestão e saúde, explicou a gestora do NCAs, Karin Käsmayer.

— O plano propõe os compromissos da Casa e dos setores diretamente relacionados a cada ação. Ele viabiliza o monitoramento e o acompanhamento das ações. O documento é um norte para onde a Casa quer seguir na temática de equidade de gênero e raça.

Verborragia prejudica Bolsonaro, avalia Humberto Costa

As últimas pesquisas de opinião divulgadas demonstram que a população cansou de esperar que o presidente Jair Bolsonaro construa um projeto sério, que tire o país da crise, disse Humberto Costa (PT-PE).

Para o senador, são causas da queda na popularidade do governo a “verborragia” de Bolsonaro, o preconceito contra os nordestinos e o nepotismo. Ele ainda criticou o desmatamento na Amazônia e o fato de “o governo não dar continuidade às obras de transposição de águas do Rio São Francisco”.



Waldemir Borges/Agência Senado

Para Rogério, rejeição ao presidente é fruto de governo autoritário

Rogério Carvalho (PT-SE) destacou as pesquisas de opinião que mostram a perda de popularidade do presidente Jair Bolsonaro. Segundo o senador, a rejeição de quase 40%, divulgada nesta semana por três institutos diferentes, é resultado de um governo autoritário. Rogério disse ainda que as declarações de Bolsonaro são, muitas vezes, absurdas, e envergonham a população. Por isso, o senador pediu que a população manifeste sua insatisfação nas ruas.

— Vamos defender a vida, defender a democracia!



Waldemir Borges/Agência Senado

Fundo Partidário cresce bem mais que o salário mínimo, afirma Kajuru

O Fundo Partidário cresce seis vezes mais que o salário mínimo, disse Jorge Kajuru (Patriota-GO). Segundo o senador, a verba prevista no Projeto de Lei Orçamentária (LOA) pelo governo para financiar campanhas é menor do que a sugerida pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), que analisou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

— Pela LOA, o Fundo Partidário, e eu tenho nojo dele, cresce seis vezes mais que o salário mínimo. Pela LDO, aumenta 13 vezes — disse.



Waldemir Borges/Agência Senado

Internet 5G será revolucionária, diz Arolde de Oliveira

Arolde de Oliveira (PSD-RJ) destacou a importância do projeto que trata do novo marco das telecomunicações (PLC 79/2016). Ele disse que, no atual momento de convergência de tecnologias, é preciso destravar o Brasil para permitir investimentos.

— Uma verdadeira revolução, principalmente na Internet das Coisas. Vai abrir espaços para a aplicação da inteligência artificial, vai permitir que nós possamos ter um novo espaço de investimentos no país — afirmou.



Waldemir Borges/Agência Senado

Rodrigo Pacheco defende revisão do pacto federativo

Para Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o atual momento é mais que oportuno para se revisar o sistema federativo brasileiro. Segundo o senador, isso vai proporcionar mais dinâmica e autonomia financeira à economia dos municípios, com a desconcentração dos recursos provenientes da riqueza produzida no país.

Para ele, a revisão do pacto já se arrasta há anos e foi muito discutida no Parlamento, sem efeitos práticos. Portanto, “há que se promover a descentralização e inverter a pirâmide do Orçamento”.



Gerardo Magel/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CCJ Reforma da Previdência**
9h Análise da PEC 6/2019, que modifica o sistema de Previdência.
- CDR Edificação sustentável**
9h Na pauta de 4 itens, o PLS 284/2018, que dispõe sobre edificações sustentáveis para a geração de energia.
- CAS/CE Juventude na Islândia**
10h30 Audiência conjunta para analisar o programa para a educação e contra as drogas Youth in Iceland (Juventude na Islândia). Foram convidados os ministros da Justiça, Sérgio Moro, da Educação, Abraham Weintraub, e da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.
- CPMI Fake News**
11h Instalação e eleição de presidente e do vice da comissão e escolha do relator.
- CRA Inovação no campo**
11h Na pauta de 3 itens, análise do PRS 67/2019 que institui a Medalha Inovação no Campo.
- CAE Empréstimo**
13h Análise da MSF 46/2019, que autoriza empréstimo a Mato Grosso.
- CCT Telecomunicações**
14h Análise do PL 3832/2019, que elimina restrições à concentração da propriedade entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

- CDH Previdência**
14h Debate da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência.
- CMA Ecocídio**
14h Análise do PL 2787/2019, que tipifica o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem.
- PLENÁRIO Microempresa**
14h Entre os itens da pauta, o PLC 113/2015 — Complementar, que institui a sociedade de garantia solidária para pequenas e microempresas
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Eleição**
14h30 Na 1ª parte da reunião, eleição de presidente e vice. Depois, reunião de trabalho.
- MP 884/2019 Cadastro Ambiental**
14h30 Análise do relatório do senador Irajá sobre a medida provisória que reabre inscrições para o Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- MP 890/2019 Debate**
14h30 Audiência sobre a MP que cria o Programa Médicos pelo Brasil. Entre os participantes, a presidente da Associação de Médicos Cubanos, Niurka Valdes Péres, e o secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Erno Harzheim.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Edição e Publicações (Sefraf)

Senado aprova proposta que redistribui verbas do pré-sal

Cessão onerosa permitirá que estados e municípios recebam parcela do que for arrecadado com novos leilões. Aprovada ontem em dois turnos no Plenário, PEC terá que retornar à Câmara

NO PRIMEIRO GRANDE passo pela reforma do pacto federativo, o Senado aprovou ontem, em dois turnos, a proposta de emenda à Constituição da cessão onerosa, que permite que a União compartilhe com estados e municípios os recursos arrecadados nos leilões do pré-sal. A PEC 98/2019 volta para a Câmara dos Deputados, que precisará confirmar mudanças feitas no texto.

Também ontem, o Plenário rejeitou a proposta que impõe limites a pedidos de vista e decisões cautelares monocráticas em tribunais superiores. A PEC 82/2019, do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), recebeu 38 votos favoráveis e 15 contrários. O quórum para a aprovação seria de no mínimo 49 votos a favor.

Cessão onerosa

A PEC da cessão onerosa permite que 15% dos recursos de novos leilões sejam destinados aos municípios e outros 15%, aos estados e ao Distrito Federal. Essas fatias serão distribuídas entre os entes federativos a partir dos critérios que regem os fundos de participação dos municípios e dos estados (FPM e FPE). Assim, serão privilegiados os entes com menores rendas per capita.

Segundo o relator, senador Cid Gomes (PDT-CE), o principal mérito da proposta é acudir prioritariamente as regiões mais pobres, uma vez que ela adere aos critérios dos fundos de participação.

— Estados e municípios com-



Eduardo Braga, Marcos do Val, Davi Alcolumbre e Bandeira (Mesa)

põem a célula de governo que recebe as maiores demandas e tem as maiores responsabilidades no dia a dia do atendimento à população — disse o relator.

Uma terceira parcela, de 3%, será repassada aos estados que abrigam jazidas de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos. O valor será distribuído em proporção ao resultado apurado de exploração dos recursos.

A medida é necessária porque a transferência do que é arrecadado pelo pré-sal é contabilizada no cálculo das despesas primárias do Orçamento federal. Quando a parcela esbarra no teto de gastos da União, não há o repasse. A proposta modifica a regra dos limites de despesas primárias para evitar que as transferências entrem na conta do teto.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, avaliou que a versão do Senado “aperfeiçoou” a proposta, e garantiu que vai trabalhar para que a Câmara entenda a importância das mudanças e ratifique-as. Davi destacou também a de-

dicção de Cid Gomes, que compareceu à sessão para explicar seu relatório, apesar de estar respaldado por atestado médico. O relator, que estava com febre, chegou a sofrer uma queda de pressão e precisou de atendimento no Plenário, mas se recuperou para concluir o discurso e a votação da PEC.

Empréstimo

Também ontem, o Senado aprovou a operação de crédito entre Aracaju e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 75,2 milhões (cerca de R\$ 305 milhões). O empréstimo foi aprovado antes na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Outro projeto aprovado foi o PL 400/2019, que institui julho como o Mês Nacional do Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço. O texto segue para sanção. Também vai à sanção o PLC 119/2017, que denomina “José Paschoal Baggio” o elevado que liga a Rodovia BR-282 à Avenida Duque de Caxias, em Lages (SC).

PEC paralela será votada hoje em colegiado, dizem líderes

A PEC paralela, que vai reunir pontos não incluídos na proposta de reforma da Previdência (PEC



construção com todos os líderes, houve o diálogo — disse Davi.

A PEC paralela é 6/2019), deve ser votada hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Às 9h, a comissão tem reunião marcada para votar a proposta principal.

Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, um acordo entre os líderes partidários vai permitir a quebra do prazo de 30 dias antes da votação inicial do texto na CCJ, fazendo com que a PEC paralela siga diretamente para o Plenário.

— A celeridade dessa proposta e a tramitação dela praticamente em conjunto com a PEC principal só vai ser possível porque nessa

uma forma de evitar a volta da reforma da Previdência para a Câmara.

O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), deve manter o texto principal como veio da Câmara, apenas com supressões de dispositivos (como o sobre o Benefício da Prestação Continuada), que não exigem nova análise da PEC pelos deputados.

Outras mudanças ficarão no texto paralelo. A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), destacou que a PEC paralela só passará a existir após a leitura do relatório.

Debate pede mobilização para alterar proposta da Previdência

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem, expositores e parlamentares disseram que ainda há tempo de mobilizar os senadores para que alterem o texto da reforma da Previdência.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse esperar que a reunião “sensibilize não só o relator, mas todos os senadores”. O presidente da Associação e Sindicato Nacional dos Funcionários do Ipea (Afipea), José Celso Cardoso, disse que a reforma não vai recuperar o crescimento econômico e deve aprofundar a crise. O

ex-ministro da Previdência Ricardo Berzoini disse que a pressão popular deve acontecer nos escritórios dos senadores nos estados. Para Rogério Carvalho (PT-SE), a reforma é uma violência sem precedentes à cidadania. O economista Rodrigo Ávila afirmou que o gasto com a Previdência é menor do que com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Para Jaques Wagner (PT-BA), é preciso organizar a “batalha” nas ruas e nos estados. Zenaide Maia (Pros-RN) criticou a rapidez com que o Senado quer votar a reforma.



Senadores Jorginho Mello (E) e Roberto Rocha, ao lado de Flávio Gurgel

Proposta de imposto sobre valor agregado é criticada em debate

A sugestão de implementação do Imposto de Valor Agregado (IVA) duplo, um com tributos federais e outro com os estaduais e municipais, foi debatida ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Representantes dos setores de serviços e de seguros disseram que temem prejuízos com a proposta para reformular o sistema tributário (PEC

110/2019). Diretor do Sebrae Nacional, Bruno Quick Lourenço defendeu a justiça fiscal, com tratamento favorecido e simplificado para pequenos negócios.

O relator da PEC, Roberto Rocha (PSDB-MA), disse que é favorável à tributação de grandes fortunas na herança e na doação, mas contrário em relação ao patrimônio.

Zequinha nega haver índios em região protegida

Zequinha Marinho (PSC-PA) negou a existência de índios isolados em uma região protegida do Xingu no Pará. O senador criticou o Ministério da Justiça por enviar forças militares para impedir a ocupação da área, que tem 142.402 mil hectares.

— E o Exército abusando do poder, porque não é uma terra indígena, é uma área de pretensão indígena — disse.

Ele criticou portaria da Funai editada em janeiro para prorrogar por três anos o prazo de proibição de ingresso, permanência e locomoção de pessoas na área.

Jayme Campos defende revisão do pacto federativo

A revisão do pacto federativo permitirá socorrer os estados e os municípios, que em sua maioria absoluta enfrentam uma situação financeira “calamitosa”, disse Jayme Campos (DEM-MT).

— Não basta votar a reforma da Previdência e pensar nas contas da União. Temos que tratar igualmente das finanças dos estados e dos municípios para que o país, como um todo, reencontre o caminho do desenvolvimento econômico e social, volte a crescer, produzir empregos e garantir o bem-estar que a população merece.

Paim questiona aposentadoria especial

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação no Plenário com os profissionais que têm direito à aposentadoria especial. O benefício é concedido pelo INSS aos trabalhadores que desenvolvem atividades consideradas insalubres.

Para o senador, categorias como a de mineiros de subsolo estão sendo injustiçadas no texto da reforma da Previdência (PEC 6/2019). Paim questionou a proposta por manter o tempo de contribuição de 15 anos e assegurar a aposentadoria somente aos 55 anos.

Debatedores defendem Médicos pelo Brasil e fazem sugestões ao Revalida

Na comissão da MP do programa, ministro da Educação disse que confia mais em universidades brasileiras do que nas da Bolívia ou do Paraguai

O MINISTRO DA Educação, Abraham Weintraub, questionou ontem a condição técnica de médicos formados no estrangeiro e admitiu que confia mais nas universidades do Brasil do que nas da Bolívia ou do Paraguai. Weintraub participou ontem de debate na comissão mista da medida provisória que cria o Programa Médicos pelo Brasil (MP 890/2019), em substituição ao Mais Médicos.

Segundo o ministro, é preciso ter quantidade, mas é essencial ter qualidade. Por isso, disse, a importância de testes como o Revalida. Weintraub, no entanto, disse que o exame é caro e não é possível fazer vários ao ano.

— A gente pensou em dois Revalidas por ano. Outra sugestão é que o próprio estudante pague o exame — defendeu.



Senador Confúcio Moura, deputado Ruy Carneiro e o ministro Weintraub

O deputado Alexandre Padilha (PT-SP), ex-ministro da Saúde e responsável pela implantação do programa Mais Médicos, registrou que o processo de validação dos diplomas estrangeiros foi acertado com o Congresso. Ele disse não admitir preconceitos contra os países da América do Sul, em referência à fala do ministro.

O secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Erno Harzheim, disse que Médicos pelo Brasil vai ajudar a superar as dificuldades de alocação de profissionais em várias regiões. Para ele, mais grave que a falta de médicos é a má distribuição dos profissionais.

O secretário de Educação Superior do Ministério da Edu-

cação, Arnaldo Júnior, afirmou que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 3,4 médicos por mil habitantes. O Brasil tem apenas 2,2 médicos para mil habitantes, mas a projeção é de que esse índice chegue a 2,7 em 2026. O secretário sugeriu que as faculdades privadas de alto desempenho sejam autorizadas a também aplicar o teste de revalidação de certificado, como forma de diminuir os custos.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) elogiou o trabalho dos médicos cubanos do Mais Médicos e disse que o Ministério da Educação precisa oferecer opções para que profissionais formados no exterior tenham condições de trabalhar no Brasil.

Zenaide critica fala de Weintraub em comissão de medida provisória

Zenaide Maia (Pros-RN) criticou fala do ministro da Educação, Abraham Weintraub, na comissão que analisa a MP que cria o programa Médicos pelo Brasil (MP 890/2019). Segundo a senadora, ao ser questionado sobre a responsabilidade do Estado de realizar o Revalida, parado desde 2017, o ministro disse: “O Estado brasileiro não existe, é tijolo”.

— É uma afronta à democracia e à soberania brasileira.

Ela defendeu o investimento do Estado em áreas como saúde e educação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Dirigente da Caixa nega orientação política em repasses para Nordeste

A vice-presidente de governo da Caixa Econômica Federal, Tatiana de Oliveira, negou ontem, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que o banco teria dificultado empréstimos para municípios do Nordeste por motivos políticos. O debate foi levado à comissão depois que reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* apontou que prefeituras e governos do Nordeste estariam sendo boicotados pela Caixa desde a posse do presidente Jair Bolsonaro. A audiência foi pedida pelos senadores Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Responsável pela análise dos empréstimos, Tatiana afirmou que as autorizações atendem critérios técnicos.

— Cumprindo todas as exigências da legislação, fazemos a operação, independentemente de região ou partido.

Levantamento feito pelo jornal, com base nos números do banco e do Tesouro Nacional, apontou que dos R\$ 4 bilhões em empréstimos autorizados até julho para governos e prefeituras de todo país, apenas 2,2% (R\$ 89 milhões) foram para o Nordeste. Em 2018, a região recebeu 21,6% do total de empréstimos.

A senadora Eliziane Gama

disse que houve aumento do percentual de novos empréstimos para o Nordeste depois da publicação da reportagem e questionou a vice-presidente da Caixa sobre essas liberações.

— O que nos chama a atenção é que, quatro dias após a divulgação desse levantamento, nós tivemos, de forma imediata, um aumento, o percentual foi para 3% — indagou.

Segundo Tatiana, o aumento repentino ocorreu em razão da conclusão de um financiamento de R\$ 133 milhões para a prefeitura de São Luís.

— Esse percentual varia diariamente. Posso contratar uma operação de um valor

maior por exemplo da região Centro-Oeste amanhã e esses percentuais são redistribuídos.

Alessandro Vieira disse ser difícil imaginar que não existam critérios políticos na atuação do banco. Ele informou que continuará acompanhando a liberação de empréstimos.

— A Caixa e suas diretorias sempre foram objeto de intensa disputa política e fica difícil entender o motivo disso se há só critérios técnicos na instituição. Qual seria a utilidade de ter uma indicação política numa função técnica? Vamos fazer esse acompanhamento para ter certeza de que tudo funcione conforme a Caixa apresentou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Rocha teme “flexibilização” do trabalho escravo

O governo federal tem a intenção de flexibilizar a legislação do trabalho escravo e infantil no Brasil, disse Paulo Rocha (PT-PA).

De acordo com o senador, o Executivo pretende deixar de criminalizar e de punir o empresariado que submete a condições análogas à escravidão cidadãos desconhecedores das leis que os protegem e menos favorecidos.

Segundo Paulo Rocha, a intenção é suprimir da Constituição a punição, como o confisco de sua terra do empregador que utiliza o trabalho escravo.

Telmário sugere exploração sustentável da Amazônia

Telmário Mota (Pros-RR) defendeu que as riquezas da Amazônia sejam exploradas em prol do Brasil, em especial, dos que vivem na região, de forma sustentável.

— Nenhum amazônida derruba uma árvore simplesmente porque quer, mas porque necessita alimentar sua família. Nenhum ribeirão vai para o garimpo porque quer. Vai porque é a única possibilidade de ganhar dinheiro. Só encontraremos uma solução definitiva para a preservação da Amazônia quando enfrentarmos esse problema — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Plínio questiona ONGs que recebem verbas do Fundo Amazônia

Plínio Valério (PSDB-AM) questionou em Plenário a atuação das ONGs que recebem recursos do Fundo Amazônia. O senador afirmou que existem dados do TCU que comprovam desvios de dinheiro.

— O TCU está auditorando 18 contratos com ONGs, no valor de R\$ 252,2 milhões. E revela que grande parte desses recursos do Fundo Amazônia acabou no bolso das pessoas ligadas às ONGs, que 80% do dinheiro é gasto entre eles, com palestras, pesquisas científicas, edições de livros, e por aí fora.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fabiano Contarato culpa governo por desmatamento

O aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia Legal é resultado da política ambientalista no país, disse Fabiano Contarato (Rede-ES).

— E não venham colocar na conta de governos anteriores. O governo de Bolsonaro acabou com a Secretaria de Mudanças Climáticas, com o Plano de Combate ao Desmatamento e com o Departamento de Educação Ambiental, desconstruiu o ICMBio, esvaziou o Ibama, extinguiu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia e paralisou o Fundo da Amazônia, entre outras medidas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lasier pede início de CPI para investigar o Poder Judiciário

A instalação da CPI dos Tribunais Superiores foi defendida por Lasier Martins (Podemos-RS). Para o senador, mesmo que a comissão não seja aprovada pelo Senado é preciso cumprir a Constituição.

— Até agora, um terço do Senado assinou o requerimento para se iniciar a CPI da Toga. É uma clara demonstração de que foram, sim, perpetrados atos infracionais contra as leis e a Constituição — destacou.

Segundo Lasier, não é possível que o Senado continue se mantendo em silêncio e se omitindo de instalar a CPI.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Reguffe cobra investigação dos Tribunais Superiores

Reguffe (sem partido-DF) pediu ontem, em Plenário, a instalação da CPI dos Tribunais Superiores para apurar eventuais irregularidades, e também a análise, pelo Plenário do Senado, dos pedidos de impeachment de ministros da Corte. Segundo ele, o Senado já conta com as assinaturas necessárias para a instalação da CPI, o que o leva a questionar o fato de ainda não ter sido instalada.

— Já há as 27 assinaturas. Então, tem que se instalar. Por que as cortes superiores são intocáveis, por que não podem ser investigadas?



Waldemir Barreto/Agência Senado